



REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



PARCEIROS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Congresso Nacional de Arquivologia (6 : 2014 : Santa Maria)

Congresso Nacional de Arquivologia, 20 a 23 de outubro de 2014, Santa Maria [recurso eletrônico] : Arquivologia, sustentabilidade e inovação / organizado por Débora Flores, Andréa Gonçalves dos Santos e Flavia Helena Conrado ; coord. Daniel Flores.; revisado por Sérgio Ricardo Rodrigues [realização Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul] – Santa Maria : AARS, 2014.

Versão eletrônica. ; il. ; 4 ¼ pol.

ISBN: 978-85-68533-01-7

1. Arquivologia - Congresso. 2. Sustentabilidade. 3. Inovação. I. Flores, Débora., org. II. Santos, Andréa Gonçalves do., org. III. Conrado, Flávia Helena., org. IV. Flores, Daniel., coord. V. Rodrigues, Sérgio Ricardo., revisor V. Título: Arquivologia, sustentabilidade e inovação.

CDU: 930.25:658

Comissão Organizadora do VI CNA



Andrea Gonçalves dos Santos - Mestrado
 Camila Lacerda Couto - Especialização
 Cléo Belício Lopes - Especialização
 Daniel Flores - Pós-Doutorado
 Débora Flores - Mestrado
 Denize Brum Camargo - Graduação
 Flavia Helena Conrado - Mestrado
 Jorge Alberto Soares Cruz - Mestrado
 Maria Cristina Kneipp Fernandes - Especialização
 Mateus de Moura Rodrigues - Especialização
 Raquel Miranda da Silva - Especialização
 Rita de Cássia Portela da Silva - Mestrado
 Rosani Gorete Feron - Especialização
 Valéria Raquel Bertotti - Mestrado
 Viviane Portella de Portella - Mestrado

Comissão Central de Programação Científica



Prof. Dr. Daniel Flores (UFSM) - Presidente
 Prof. Dr. André Zanki Cordenonsi (UFSM) - Membro
 Prof. Me. Jorge Alberto Soares Cruz (UFSM) - Membro
 Prof. Dr. José Maria Jardim (UNIRIO) - Membro
 Prof. Dr. Rafael Port da Rocha (UFRGS) - Membro
 Profa. Ma. Valéria Raquel Bertotti (UFRGS) - Membro

Secretaria de apoio da Comissão Central de Programação Científica



Arquiv. Ma. Andrea Gonçalves dos Santos (FURG) - Membro
 Arquiv. Mnda. Daiane Segabinazzi Pradebon - Membro
 Arquiv. Ma. Flavia Helena Conrado (IFRS/ POA) - Membro
 Arquiv. Ma. Neiva Pavezi (UFSM) - Membro

Comissão de Pareceristas - Avaliadores



Alicia Casas de Barran (EUBCA) - MERCOSUL
Ana Celeste Indolfo (Arquivo Nacional) - Inst. Arquivísticas
Ana Célia Rodrigues - UFF
André Malverdes - UFES
Angelica Alves da Cunha Marques - UnB
Anna Carla Almeida Mariz - UNIRIO
Anna Szlecher (UnC) - MERCOSUL
Aurora Leonor Freixo - UFBA
Beatriz Kushnir (AGCRJ) - Inst. Arquivísticas
Carla Mara da Silva Silva- UFAM
Carlos Augusto Silva Ditadi - Conarq
Carlos Blaya Perez - UFSM
Cíntia das Chagas Arreguy - UFMG
Dhion Carlos Hedlund - FURG
Eliana Maria dos Santos Bahia - UFSC
Eliandro dos Santos Costa - UEL
Eliezer Pires da Silva - UNIRIO
Fernanda Kieling Pedrazzi - UFSM
Flávio Leal da Silva - UNIRIO
Francisco José Aragão Pedroza Cunha - UFBA
Hamilton Vieira de Oliveira - UFPA
Heloísa Liberalli Bellotto - USP
Janilton Fernandes Nunes - UFAM
João Eurípedes Franklin Leal - Conarq
Jorge Eduardo Enriquez Vivar - UFRGS
José Augusto Chaves Guimarães - UNESP
Josemar Henrique de Melo - UEPB
Julianne Teixeira e Silva - UFPB
Katia Isabelli de Bethânia Melo de Souza - UnB
Leandro Ribeiro Negreiros - UFMG
Marcieli Brondani de Souza - UFAM
Margarete Farias de Moraes - UFES
Maria Do Rocio Fontoura Teixeira - UFRGS
Maria Laura Rosas (EUBCA) - MERCOSUL
Maria Leandra Bizello - UNESP
Maria Teresa Navarro de Britto Matos - UFBA
Maria Virginia Moraes de Arana - UFES
Mateus de Moura Rodrigues - FURG
Paulo Roberto Elian dos Santos (Fiocruz) - Inst. Arquivísticas
Lucivaldo Vasconcelos Barros - UFPA
Luiz Eduardo Ferreira da Silva - UFPA
Renato Tarciso Barbosa de Sousa - UnB
Rita de Cassia Portela da Silva - UFRGS
Rosa Zuleide Lima de Brito - UFPB

Rosane Suely Alvares Lunardelli - UEL
Sérgio Renato Lampert - FURG
Sônia Elisabete Constante - UFSM
Telma Campanha de Carvalho Madio - UNESP
Úrsula Blattmann - UFSC
Welder Antônio Silva - UFMG

Comissão de Apoio



Secretária

Melina Pereira

Comissão de Divulgação

Everton Tolves
Pâmela Menezes Flores
André Grendene Azevedo
Maria Eduarda Flores

Comissão de Transportes

Daiane Regina Segabinazzi Pradebon
Comissão Artística
Arion Pilla

Comissão de Projetos

Jonas Ferrigolo Melo
Juliana Kirchhof
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues

Comissão de Inscrições, Credenciamento e Certificados

Camila Medeiros
Tamiris Carvalho
Catiana Ramiro

Comissão de Infraestrutura

Adriéli Mello
Douglas Duarte

Editoração e Revisão

Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues



Associação dos Arquivistas do RS - AARS

Biênio 2013 - 2015

Diretoria

PRESIDENTA: Débora Flores

VICE-PRESIDENTA: Andrea Gonçalves dos Santos

1ª SECRETÁRIA: Camila Lacerda Couto

2ª SECRETÁRIA: Maria Cristina Kneipp Fernandes

1ª TESOUREIRA: Raquel Miranda da Silva

2º TESOUREIRO: Cléo Belicio Lopes

CONSELHO FISCAL - TITULARES

Denize Camargo

Rosani Gorete Feron

Viviane Portela de Portela

CONSELHO FISCAL - SUPLENTES

Daniel Flores

Flavia Helena Conrado

Jorge Alberto Soares Cruz



SUMÁRIO

Sobre o Evento.....	09
AARS.....	11
Comunicações Orais – Eixo Epistemologia da Arquivologia e Formação Profissional.....	12
Comunicações Orais – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	328
Comunicações Orais – Eixo Acesso à Informação.....	370
Comunicações Orais – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais.....	615
Comunicações Orais – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	730
Comunicações Orais – Eixo Gestão Documental.....	949
Comunicações Pôsteres – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais...	1121
Comunicações Pôsteres – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	1143
Comunicações Pôsteres – Eixo Gestão Documental.....	1168
Comunicações Pôsteres – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	1220

SOBRE O EVENTO

VI CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA VI CNA - 2014 Santa Maria - RS

A realização do Congresso Nacional de Arquivologia é o resultado do envolvimento e da cooperação das associações regionais de arquivistas que unem esforços com a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia – ENARA – criada em 2006 durante o II CNA ocorrido em Porto Alegre –, ademais da comunidade arquivística, atuante nas discussões em prol do desenvolvimento da Arquivologia.

Realizar um congresso, grandioso e importante como este para os profissionais arquivistas, é um trabalho árduo, mas também prazeroso, pois é ele um marco para o avanço da teoria arquivística e de suas tecnologias para a comunidade brasileira. Comunidade esta, cada vez mais, exigente e consciente da importância da gestão documental e informacional, considerando não somente a atividade fim da arquivística, mas ainda, sob um olhar na sustentabilidade e nas inovações que contribuem para o desenvolvimento e uma melhor aplicabilidade da gestão documental nas empresas e demais espaços de atuação do profissional arquivista.

Assim, em um congresso nacional como este, é sabido que as discussões geradas neste grandioso evento, espaço para o conhecimento e debates teóricos, enriquecem ainda mais a comunidade científica e ampliam, conseqüentemente, as discussões acerca da Arquivologia e sua teoria no Brasil.

Como contribuição para os profissionais envolvidos no evento, que ocorre na união de uma comunidade nacional em um mesmo espaço, enriquece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, representando, portanto, um elemento importante no desenvolvimento da comunidade científica no âmbito da educação superior contemporânea.

Os congressos nacionais de arquivologia, que vêm acontecendo desde 2004, têm contribuído significativamente às discussões de classe. Cada evento vem carregado de ideias e visões, que ao longo dos dias são debatidas pela comunidade arquivística, resultando assim em novos conceitos, novos conhecimentos, potencializando o papel do arquivista na sociedade contemporânea, sendo o cerne do desenvolvimento de políticas e leis que se tornaram referência em outras áreas do conhecimento.

A realização deste evento é a oportunidade de atualização dos profissionais participantes, explorando novas tendências na gestão documental, trazendo-se temas de abordagem contemporânea e oportunizando, ainda, a presença de palestrantes de renome nacionais e internacionais.

As comissões organizadora e científica somam esforços para apresentar uma programação que venha fomentar amplo debate sobre as questões da atualidade na gestão arquivística e da gestão da informação, com vista a construir uma perspectiva para evidenciar as discussões acadêmica e científica, considerando as diferentes dimensões, na dicotomia: educação superior e vida profissional. Isso significa fortalecer os princípios para com a arquivística e a gestão da informação, propiciando uma formação acadêmica e uma atuação profissional que articule

organicamente com o conhecimento científico, técnico, político e, ainda, uma postura ética.

A interação entre as diversas formações e campos de atuação do profissional, proporciona troca e difusão de conhecimento, pressupondo sujeitos comprometidos com a evolução teórica e tecnológica da sua área de atuação. Desta forma, o evento visa divulgar, refletir e discutir as novas tendências da gestão arquivística e da gestão da informação, integrando seus diversos atores: docentes, discentes, gestores, técnicos, profissionais e comunidade em geral.

Desde a década de 70 o Brasil tem por tradição realizar congressos nacionais de arquivologia. Mas foi o ano de 2004 que ficou marcado em virtude da sequência dos congressos sofrer alteração.

Assim, o I Congresso Nacional de Arquivologia - CNA se realizou na cidade sede do governo federal, Brasília em 2004, tendo como tema “Os arquivos no século XXI”.

O II CNA, se realizou na acolhedora cidade de Porto Alegre em 2006, tendo como tema “Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento”. Este encontro foi um marco para o arquivologia nacional pois neste congresso se criou a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia, a ENARA, que desde então, passou a organizar os CNAs junto com a associação regional do estado sede do congresso.

O III CNA se realizou na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro em 2008, tendo como tema “A Arquivologia e suas múltiplas interfaces”.

O IV CNA se realizou na linda cidade de Vitória em 2010, tendo como tema “A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias da informação”.

O V CNA se realizou na bela cidade de Salvador em 2012, tendo como tema “Arquivologia e internet”.

E agora, o VI CNA, em 2014, se realiza no coração do Rio Grande do Sul, em Santa Maria. É o primeiro congresso nacional que ocorre em uma cidade que não é uma capital, e que nos enche de orgulho poder sediar e acolher estes profissionais que aqui chegam para discutir e compartilhar conhecimentos da Arquivologia.

O VI CNA conta com sessões plenárias apresentando temas como “A Diplomática Contemporânea e a Epistemologia da Arquivologia”, “Inovação em acesso e preservação digital” e “Avaliação de documentos: metodologia, procedimentos e implicações”. O evento conta também com quatro mini-cursos: “Preservação digital”, “Diplomática contemporânea”, “O documento arquivístico digital” e “ISO30300” com ministrantes do Brasil, Espanha e Portugal, além das comunicações orais e apresentação de pôsters.

As apresentações foram divididos por eixos temáticos: Epistemologia da Arquivologia e formação profissional, Inovação e sustentabilidade em arquivos, Acesso à informação, Documentos arquivísticos digitais, Patrimônio Documental e memória e Gestão Documental.

A AARS

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), criada em 1999, surgiu a partir da extinção dos Núcleos da Associação dos Arquivistas Brasileiros em julho de 1998, quando os associados do Núcleo Regional do RS se reuniram e, após muita discussão, aprovaram a constituição de uma associação estadual. Na ata de fundação, constavam 32 associados, que, com muita disposição, conseguiram criar uma entidade forte e reconhecida nacionalmente. A Associação é dirigida por uma diretoria eleita por dois anos.

Atualmente, a AARS conta com mais de 270 associados, já foi representante das associações de classe no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e Coordena a gestão da Executiva Nacional de Associações de Arquivologia do país até a realização do VI CNA. No ano de 2007, a AARS conseguiu sua inscrição na Seção de Associações Profissionais - SPA, do Conselho Internacional de Arquivos CIA. Em 2006, a Associação promoveu o II Congresso Nacional de Arquivologia, com aproximadamente 500 participantes. E hoje, mais uma vez reafirma sua dedicação em prol dos profissionais arquivistas.

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul tem por objetivos: a) promover a defesa dos interesses dos profissionais que atuam na área da arquivologia; b) incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural dos profissionais de arquivo; c) cooperar com os órgãos governamentais e entidades nacionais e internacionais; públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos; d) promover a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho arquivístico, por meio de estudos, congressos, conferências, exposições, cursos, seminários, mesas redondas, e outras atividades; e) estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres; f) participar dos eventos que se relacionem com as atividades da área; g) colaborar com o Arquivo Nacional, os arquivos estaduais e municipais, no desenvolvimento de políticas de arquivo; g) a representação judicial ou extrajudicial dos associados mediante autorização da Assembleia Geral.

A atual diretoria da AARS tomou posse em 29 de julho de 2013, e tem seu mandato até julho de 2015. Além das atividades de defesa profissional, como divulgação da regulamentação da profissão, intervenções em concursos irregulares com vagas para arquivista, cursos de capacitação e treinamentos, a AARS enfrenta em 2014 um novo desafio. Após sediar em 2006 o então II Congresso Nacional de Arquivologia, a AARS recebe novamente o evento, porém na sua VI edição.



COMUNICAÇÕES ORAIS

EIXO:

**EPISTEMOLOGIA DA
ARQUIVOLOGIA E
FORMAÇÃO
PROFISSIONAL**

A ARQUIVISTICA PÓS-CUSTODIAL NA PERSPECTIVA DO MODELO *RECORDS CONTINUUM* APLICADO À UFMS/SIE.

Gilberto Fladimar Rodrigues Viana²⁹
Telma Campanha de Carvalho Madio³⁰
Daniel Flores³¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar o quadro da Arquivologia pós-moderna (pós-custodial) através do modelo *Records Continuum* (documentos) na abordagem da escola australiana de Frank Upward (1996 e 1997). Permeando o modelo *Records Continuum*, têm-se as normas com as abordagens arquivísticas ISO e a legislação sobre o acesso à informação, a Lei de Acesso à Informação – LAI –. Tem-se como base de aplicação para este trabalho o banco de dados referente a projetos que é parte da produção institucional da Universidade Federal de Santa Maria – UFMS –. Esse banco de dados, no módulo “projeto” (sistema de registro de projetos), faz parte do Sistema de Informações para o Ensino – SIE –, cujo módulo foi criado em 1992, estando em pleno funcionamento. Constatou-se que o SIE é um sistema (banco de dados) de suma importância para o funcionamento da instituição tanto na esfera administrativa como acadêmica; portanto, cabe também estabelecer uma prática de divulgação e socialização da produção institucional, extramuros, tendo como foco a sociedade, pois está legitimada pela condição natural de ser protagonista e corresponsável pela memória institucional e coletiva.

Palavras-chave: Arquivologia. Documentos. Pós-custodial. Pós-moderno. *Records Continuum*.

ABSTRACT

This article aims at presenting postmodern (post-custodial) Archival Science's scenery through *Records Continuum* frame under Frank Upward's (1996 and 1997) Australian school approach. Going through *Records Continuum* frame, ISO archival-approached standards and information access laws, it means, the Information Access Law – IAL - have been gotten. The database regarding projects which are part of Santa Maria Federal University's institutional production has been used in order to provide basis for this study. Such database, on its “project” set (project registration system), takes part on Information System for Teaching – IST – whose set was made up in 1992, and continues up to due working. It has been figured out that IST is a system (database) of such importance for the institution's working both

²⁹ Doutorando do PPGCI (UNESP/Marília) vrfqpc@gmail.com

³⁰ Orientadora do PPGCI. (UNESP/Marília). telmaccarvalho@marilia.unesp.br

³¹ Pesquisador (UFMS). dfloresbr@gmail.com.

on its administrative and academic fields; thus, it is also suitable to settle practices for spreading and socializing the institutional production, beyond walls, focusing on society, once it is legitimized by the natural condition of being the center-stage and co-responsible for the institutional and collective memory.

Key-words: Achival Science. Post-Custodial. Postmodern. Records Continuum

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar o quadro da Arquivologia pós-moderna (pós-custodial) através do modelo *Records Continuum* (documentos contínuos), na abordagem da escola australiana através de Frank Upward (1996, 1997). Coteja-se o Records Continuum (RC) às normas relacionadas ao trato documental, ISO 15.489-1 e ISSO 30.300, assim como, à Lei de Acesso à Informação nº 12.527 – LAI –³². Tem-se como base de aplicação para este trabalho o banco de dados de projetos do Centro de Artes e Letras, que é parte da produção institucional da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM –. Esse banco de dados, no módulo “projeto” (sistema de registro de projetos), faz parte do Sistema de Informações para o Ensino – SIE –, cujo módulo foi criado em 1992, estando em pleno funcionamento.

A situação dos documentos arquivísticos digitais é uma temática recente e que envolve, primordialmente, a atuação dos profissionais arquivistas, os profissionais que atuam especificamente na área de informática e, também, os dirigentes da organização. Conforme ICA 16 (2005, p. 30): “Os arquivistas devem trabalhar em conjunto com gestores dos sistemas que suportam o desenvolvimento de normas transversais na administração para a interoperabilidade de sistemas, a normalização da gestão da informação e outras iniciativas similares”.

Essa atuação mostra-se necessária na medida em que as organizações se deparam com um volume elevado de informações arquivísticas em seus bancos de dados, e esses não podem prescindir de um tratamento adequado através de normas e recomendações, com a finalidade de garantir o seu valor legal, informativo e histórico, bem como sua organicidade.

Nesse contexto, os documentos arquivísticos digitais são de extrema

³²Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no [inciso XXXIII do art. 5º](#), no [inciso II do § 3º do art. 37](#) e no [§ 2º do art. 216 da Constituição Federal](#).

importância à instituição (UFSM), razão pela qual convém que seus dirigentes estejam atentos, ressaltando para essa questão um tratamento adequado, voltado à preservação de seu patrimônio documental. Nesse caso, as informações contidas no banco de dados do sistema de registro de projetos, que fazem parte do SIE, conforme Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória [...] III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

No contexto arquivístico contemporâneo nacional, tem-se a Lei de acesso à informação – LAI 12.527 –, a qual regulamenta o acesso à informação. Por se tratar de um trabalho com enfoque arquivístico, a expressão “documento” será abordada em substituição à expressão “informação”. A arguição dessa substituição ganha sustentação através dos preceitos arquivísticos, em especial as funções arquivísticas, a legislação constitucional, as normas nacionais, através do CONARQ, e as internacionais, através do ICA.

Este trabalho desenvolve-se a partir de uma abordagem qualitativa, tendo com referência o marco teórico do *Records Continuum*, associando-o à LAI, no ambiente do SIE/UFSM. Objetiva-se levantar aspectos que se complementem visando à consistência das informações disponibilizadas à instituição, assim como para a sociedade.

Conclui-se que esse banco de dados deve ser preservado como fontes de informações arquivísticas dignas de crédito e tratamento devido, conforme a legislação, o regramento e as normatizações específicas tratadas neste texto, assim como em outros estudos com ênfase no acesso a documentos de instituições de ensino, pesquisa e extensão.

2 - RECORDS CONTINUUM

Considerando o que Lucia Stefan³³ diz sobre os modelos de gerenciamentos de documentos, destaca que existem três: *European Administrative Model – Archival*

³³ <http://pt.slideshare.net/Stelucia/records-management-models-4849738>.

Model (Modelo Administrativo Europeu – Modelo de Arquivo), *Anglo-Saxon Model – Lifecycle Model* (Modelo Anglo Saxão – Modelo de Ciclo de Vida) e *Australian Model – Records Continuum* (Modelo Australiano – Documentos Contínuos). No modelo europeu, que se caracteriza por não ter função de gerenciamento de documento, e sim a de arquivo, os documentos ativos são gerenciados pelos próprios criadores (usuários).

Já o modelo Anglo-Saxão, de ciclo de vida, caracteriza-se por gerenciar os documentos em todo o decorrer vital do documento, nas fases corrente, intermediária e permanente. Por fim, o modelo australiano (*Records Continuum*), que é nosso foco, se caracteriza por construções de tempo(s)-espaço(s), ou seja, uma multiplicidade de eventos originados de um documento no seu ciclo vital.

A fundamentação do modelo *Records Continuum* (RC), cujo autor é Frank Upward (1996), desenvolveu-se através da busca de princípios desenvolvidos entre outras áreas conhecimento, da cultura e das praticas do sistema australiano de arquivo, caracterizando-se como enfoque arquivístico pós-custodial. O autor se serve de teorias da ciência arquivística da pós-modernidade e da teoria da estruturação, de Giddens (2003). Ele também se baseia em Sue McKemmish quando usa a expressão “mentes eletrônicas”:

The loss of physicality that occurs when records are captured electronically is forcing archivists to reassess basic understandings about the nature of the records of social and organisational activity, and their qualities as evidence. Even when they are captured in medium that can be felt and touched, records as conceptual constructs do not coincide with records as physical objects.³⁴ (MCKEMMISH, 1994, p.200).

A citação enfoca a necessidade que profissionais arquivistas também possuem de assumir as responsabilidades, a gerência dos documentos digitais de forma contínua e atentando-se para a contemporaneidade social.

Corrobora-se ainda, com Upwar (1997 e 2001), quando o teórico lança o termo *Records Keeping*, referindo-se a um novo perfil profissional protagonizado pelo documento eletrônico.

Upward (1996) cita Cook (1994) quando o mesmo aborda questão de arquivos digitais no tocante a não estaticidade desses arquivos, atribuindo sim, a

³⁴A perda da fisicalidade que ocorre quando os registros são capturados eletronicamente está forçando os arquivistas a reavaliar entendimentos básicos sobre a natureza dos registros de atividade social e organizacional e suas qualidades como prova. Mesmo quando eles são capturados no meio que pode ser sentido e tocado, registros como construções conceituais não coincidem com registros como objetos físicos. (Tradução nossa)

esses, a condição de apresentar-se em “lugares dinâmicos” e em “múltiplas realidades”. Outro pesquisador citado por Upward (1996) é O'Shea (1996), que enfatiza que a prioridade dos documentos digitais é voltada para as instituições públicas e a sociedade de forma contínua e não a prioridade antes dada, a custódia blindada e estática, desprovendo, com isso, o compartilhamento e a socialização dos documentos.

Upward (1996) recorre a Lyotard (1984) para argumentar a expressão “post”, referenciando à abordagem arquivística pós-custodial. (Lyotard (1984) fala do prefixo “pós”: a) como prefixo no sentido de sucessão, sem esquecer-se do passado; b) no sentido de omissões propiciadas pela prática custodial que não atendia a questões contemporâneas dos documentos eletrônicos. A prática custodial arquivística não atenta ao dinamismo contemporâneo facilitado pelos documentos eletrônicos. Além disso, existem outras falhas por parte dos profissionais arquivistas em relação ao gerenciamento, justamente por não dar a devida atenção à complexidade e à flexibilidade de autoridade e responsabilidade emanadas dos documentos eletrônicos; c) “pós”, como forma de pensamento, ou seja, de ser levada, empurrada a situação de transição permanente, esquivando-se de dualismo, em um processo de reinvenção.

O autor Upward (1996) vale-se da teoria de estruturação abordada por Giddens (2003), voltada aos sistemas sociais para subsidiar os princípios estruturais do modelo RC. Consideram-se os sistemas sociais, assim como os diferentes contextos dos documentos, os quais produzem resultados e eventos diferentes em espaço e tempo diversos.

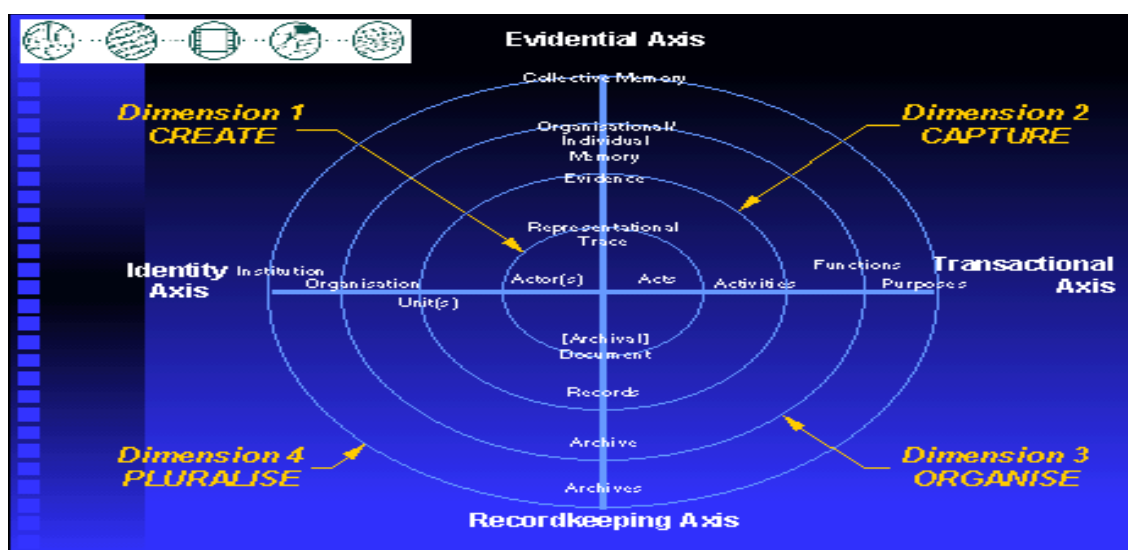
Quanto à fundamentação do modelo RC, Upward (1996) considera para essa discussão o que Duranti (1996) trata por demarcação da fronteira entre a manutenção dos documentos e a autenticidade dos mesmos, pela abordagem custodial moderna, com o pressuposto de limite e vínculo de arquivo, enquanto que na abordagem pós-custodial, pós-moderna, a vinculação física não é uma questão crucial para os documentos. Na sequência, o autor traz a contribuição de Jenkinson (1965) relativa à defesa da moral da custódia física, a tradição europeia escrivão/arquivista, validada à época. O autor também enfatiza a contribuição de Maclean (1959), quem propõe a associação da defesa moral dos documentos ao processo de ordenação no tempo e no espaço na realidade dos arquivos australianos.

Como uma das etapas da consolidação do modelo RC, Upward (1996) traz à tona a discussão, com seu colega McKemmish (1994), sobre pontos cruciais para a estruturação do modelo RC. Como primeiro ponto, considera o documento com valor contínuo independente de tempo e espaço para fins múltiplos (transações, provas, memória...). Suscita também que o profissional arquivista trabalhe em uma perspectiva funcional, proativa, ampla, com múltiplas possibilidades sem, com isso, desconsiderar os modelos físicos já consagrados. Segundo, priorização dos documentos lógicos ao invés de documentos físicos, independentemente de serem em suporte papel ou eletrônico, resguardando a autenticidade e confiabilidade dos documentos em diferentes contextos. O terceiro ponto preconiza que o profissional arquivista tenha uma percepção das múltiplas possibilidades de “integrar” documento em negócios, processos e fins sociais de forma não redundante.

O autor, juntamente com McKemmish (1994), acrescenta um quarto ponto denominado de “ciência de arquivo, que é a base para organizar o conhecimento sobre manutenção de documentos”; no entanto, ressalvam que a flexibilidade e a diversidade substanciam os records continuum em todos os “tempos” e “espaços”.

Frank Upward (1996) desenvolve um diagrama para explicar o modelo RC, composto por quatro eixos (Identidade, evidencialidade, transacionalidade e entidades de documentos), ligados dimensionalmente por quatro eventos que são criação, captura (abstração), memória corporativa e memória coletiva. Sob a condição de arquivo, tanto os eixos como as dimensões abrangem temas relevantes à arquivística.

FIGURA 1 – Documentos *Continuum* Diagrama



Fonte: Frank Upward 1996

Inicialmente, passa-se a analisar o eixo de documentos (*Record keeping Axis*) que é onde se trabalha os meios de armazenamento dos documentos produzidos pelo homem. A sequência se dá a partir do centro do eixo: com o documento, o registro, o arquivo e os arquivos. O documento se efetiva sincronicamente através do ator de sua ação, motivação e dos traços de representação identificados no diagrama (Figura 1) como a primeira dimensão, a criação. O registro é uma inferência/abstração extraída do documento relacionada com uma atividade, com uma unidade e uma evidência específica para o propósito desejado; tal relação está identificada na segunda dimensão, o capturar/abstrair.

O arquivo é o conjunto documental de uma organização, unificado através da memória, das funções e dos processos peculiares à organização. Tal unificação está expressa na terceira dimensão, a memória da instituição ou da organização.

Os arquivos “são o arquivo no plural” e estão consubstanciados na ideia de arquivos nacionais (institucionais) e unificados com memória coletiva, finalidades sociais e suas realizações e responsabilidades. Essa consubstanciação está posta na quarta dimensão da socialização da memória, do coletivo. Esse é um relato da realidade arquivística australiana na perspectiva do modelo RC.

Frank Upward (1997) subsidia a fundamentação do RC na abordagem pós-custodial, através da Teoria da Estruturação de Giddens (2003), onde a referência é a de que as estruturas e as regras sociais não são permanentes, podendo ser alteradas pelo agente, o homem. A Teoria da Estruturação trabalha a estrutura e o processo como “uno”. Contextualiza-se a referida teoria aos RC, sob o prisma pós-custodial:

The complexity we are facing is only amenable to solutions through the establishment of new recordkeeping routines, and Giddens, as a theorist, is an explainer of the routine. His theory is not the grand theory of the past. It concerns itself with processes, with routines for action and the way these are changed or confirmed recursively over time or across space.³⁵(UPWARD, 1997, p.10-35)

³⁵A complexidade que estamos enfrentando é apenas passível de soluções através do estabelecimento de novas rotinas de manutenção de registros, e Giddens, como teórico, é um facilitador desta rotina. Sua teoria não é a grande teoria do passado. Preocupa-se com os processos, com rotinas de ação e a forma como estes são alterados ou confirmados de forma recursiva ao longo do tempo ou no espaço. (Tradução nossa)

Upward (1997) também enfatiza a preocupação da fragmentação dos arquivos quanto à restrição de acesso a alguns documentos, definidos por políticas de Estado. O autor também fala do engessamento de vocabulários e glossários que não permitem uma releitura em outro contexto, em outros espaços e tempos. Upward explora exaustivamente a Teoria da Estruturação de Giddens (2003), dissecando o dualismo estrutural na perspectiva arquivística, onde contextualiza a dualidade através da expressão “arquivamentos típicos da tradição jurídica”, avessa à corresponsabilidade dos agentes criadores e gerenciadores dos documentos. O autor evoca a ideia de Duranti (1996), alinhada com a tradição jurídica controversa a Giddens (2003):

Luciana Duranti, drawing on this tradition, points to the role of documents in structuring society when she argues that: the first and fundamental need of any organised society [. . .] is the regulation of its network of relationships by means of objective, consistent, meaningful and useable documentation'. The documents, the product of action, provide structure for a society's network of relationships. Giddens, however, parts company with typical archival expressions of the juridical tradition, by being interested in process, not the structure as an object.³⁶(UPWARD, 1997, p.10-35)

O autor enfatiza que para Giddens (2003) a estrutura está associada inexoravelmente à ação do homem e, por essa razão, diversa em tempos e espaços.

He does not assume compliance with structures, and draws attention to the recurring nature by which action and structure interact to shape each other. Structure, for Giddens, is not something separate from human action. It exists as memory, including the memory contained within the way we represent, recall, and disseminate resources including recorded information.³⁷(UPWARD, 1997, p.10-35)

³⁶ Luciana Duranti, recorrendo a esta tradição, aponta para o papel dos documentos na estrutura social quando ela argumenta que “a primeira e fundamental necessidade de qualquer sociedade organizada [. . .] É a regulação de sua rede de relacionamentos por meio de objetivos, da documentação consistente, significativa e utilizável. Os documentos, o produto da ação, fornecer estrutura para a rede de relacionamentos de uma sociedade.” Giddens, no entanto, classifica essa tradição como sendo de arquivamento típicos da tradição jurídica, por estar interessado no processo, e não à estrutura como um objeto. (Tradução nossa)

³⁷ Ele não assume a conformidade com as estruturas, e chama a atenção para a natureza recorrente pelo qual ação e estrutura interagem para moldar o outro. Estrutura, para Giddens, não é algo separado da ação humana. Ela existe como memória, incluindo a memória contida dentro da nossa maneira de representar, lembrar, e disseminar recursos, incluindo informações registradas. (Tradução nossa)

Partindo do pressuposto de que a autenticidade e a confiabilidade têm necessariamente que estar resguardadas pela custódia física dos documentos, o autor alerta que, na abordagem pós-custodial, a autenticidade e a confiabilidade não mais serão garantidas somente pela guarda, pela custódia do documento. Cita-se Upward (1997):

There is a clear parallel with recordkeeping in a high modern environment. The custodial thresholds can no longer be understood in terms of the spatial limits between a creating agency and an archives. The externalities of the archives as place will decline in significance as a means of directly asserting the authenticity and reliability of records.³⁸(UPWARD, 1997, p.10-35)

O autor manifesta a necessidade das instituições arquivísticas e, por extensão, aos arquivistas de estarem habilitados e qualificados para a gestão de RC.

To be effective monitors of action, archival institutions will need to be recognised by others as the institutions most capable of providing guidance and control in relation to the integration of the archiving processes involved in document management, records capture, the organisation of corporate memory and the networking of archival systems.³⁹(UPWARD, 1997, p.10-35)

Frank Upward (1997) resgata dois princípios fundamentais que Giddens (2003) diz sobre os princípios estruturais, onde o primeiro configura-se pelo desenvolvimento da cultura, do compartilhamento e do conhecimento, abastecido através de redes. O segundo princípio trata do caráter transnacional que as trocas e acesso estão sendo proporcionadas pelas facilidades tecnológicas, facilidades que se mostram desafiadoras e complexas no contexto arquivístico, principalmente a questão de territorialidade, a autoridade e ao acesso às informações.

O mesmo autor trata das propriedades estruturais e, para isso, recorre a O'Shea e Roberts (1996), quando os mesmos citam a implementação dessas propriedades no modelo RC. Tais propriedades abrangem, conforme Upward (1997): “[...] policies and strategies, standards, recordkeeping regimes, and what has come

³⁸Há um claro paralelo com a manutenção de registros em um ambiente digital e em suporte papel. Os limiares de prisão não podem mais ser compreendidos em termos dos limites espaciais entre uma agência de criação e um arquivo. As externalidades dos arquivos como lugar vai diminuir em importância como um meio de afirmar diretamente a autenticidade e confiabilidade dos registros. (Tradução nossa)

³⁹ Para serem monitores eficazes de ação, as instituições arquivísticas terão que de ser reconhecidas pelas outras como as instituições mais capazes de fornecer orientação e controle em relação à integração dos processos de arquivamento envolvidos na gestão de documentos, de registros, de captura, da organização da memória corporativa e da criação de redes de sistemas de arquivamento. (Tradução nossa)

to be termed distributed custody”⁴⁰. Ainda tratando das propriedades estruturais, Upward (1997) recorre a Eastwood (1996) para dizer das dificuldades similares relativas tanto na abordagem custodial, como pós-custodial.

Supporters of both custodial and virtual archives face the same problems in relation to authenticity, reliability, access, preservation and the challenge of representing, recalling and disseminating recorded information. It is the action agenda which is different. How we will work out the relationship between action and principle is still in the process of working itself out.⁴¹(UPWARD, 1997, p.10-35)

Upward (1997) aborda a guarda/o lugar da memória na perspectiva pós-custodial, RC, de Giddens (2003), onde se traz a questão da autoridade, ou seja, a liberdade/poder de quem cria/gerencia os documentos, vinculando-a à responsabilidade de quem cria /gerencia os documentos. Upward (1997) subsidia o trato dessa questão através de Jenkinson (1965), falando sobre a legitimação de responsabilidades dos documentos, na perspectiva do RC.

In an electronic environment, distribution of responsibilities is as much spatial as temporal. The changes in our technologies have produced changes to the means of production of records reflecting distributed environments. If we are to store the records as an authoritative resource we have to consider the effect this is having upon their representation, recall and dissemination. Best practice in the defence of the authoritative qualities of records can no longer be viewed as a linear chain, and the challenge is to establish new ways of legitimating responsibilities for records storage and custody which recognise the shifts which have occurred.⁴²(UPWARD, 1997, p.10-35)

Na sequência, Upward (1997) destaca a prerrogativa que a sociedade/comunidade tem de gerir a autoridade sobre os documentos, assumindo a responsabilidade e o pertencimento dos mesmos, ainda que fora dos “espaços e tempos” de arquivo. Em suma, Upward (1997) fundamenta as questões acima, com

⁴⁰ [...] políticas e estratégias, normas, regimes de manutenção de registros, e o que veio a ser chamado de custódia distribuída. (Tradução nossa)

⁴¹ Os defensores de ambos, os arquivos de custódia e virtuais, enfrentam os mesmos problemas em relação à autenticidade, confiabilidade, acesso, preservação e o desafio de representar, disponibilizar, lembrar e divulgar os registros/documentos. É o plano de ação que é diferente (Tradução nossa)

⁴² Em um ambiente eletrônico, a distribuição de responsabilidades é tanto espacial como temporal. As mudanças em nossas tecnologias têm produzido mudanças para os meios de produção de registros/documentos que refletem ambientes distribuídos. Se formos armazenar os registros como um recurso autoritário, temos que considerar o efeito desse sobre sua representação, recuperação e disseminação. A melhor prática na defesa das qualidades de autoridade de registros não pode mais ser vista como uma cadeia linear, e o desafio é estabelecer novas formas de legitimação de responsabilidades para armazenamento de registros e custódia que reconhecem as mudanças sociais que ocorreram.

a inserção da teoria de Lyotard sobre o pós-modernismo na perspectiva de ruptura de teorias e práticas hegemônicas, e da flexibilização das estruturas de Giddens (Teoria de Estruturação), processando dualidades, resultando em outras estruturas, outros documentos – múltiplos e diferentes.

Contextualizando-se a discussão do paradigma pós-custodial, recorre-se a autores que abordam questões contemporâneas na grande área da Ciência da Informação. Nesse panorama, alude-se a mola propulsora do incremento dos meios de comunicação como extensões do homem. Nesse sentido, McLuhan (1964, p. 65) enfatiza que: “Socialmente, a acumulação de pressões e irritações grupais conduz a invenção e a inovação como contra-irritantes. A guerra e o temor da guerra sempre foram considerados os maiores incentivos à extensão tecnológica de nossos corpos”. Associam-se ao cenário dos incrementos e das inovações as situações desafiadoras (por necessidades), que exijam o surgimento de tais cenários, como via para supri-las.

Em relação às instituições e suas realidades, destaca-se outra citação de Lévy (1998, p.23): “As instituições nas quais vivemos são igualmente territórios, ou justaposições de territórios, com suas hierarquias, burocracias, sistemas de regras, fronteiras, lógicas de pertença ou de exclusão”. Coloca-se tal afirmação frente a uma situação do SIE/UFSM, que funciona somente no sistema intranet, ou seja, não é disponibilizado em rede externa (internet), privando o acesso pelos usuários internos (alimentadores do sistema), os externos e, em especial, a toda comunidade ao banco de dados.

Recorre-se a Lévy (1998) para enfatizar o caráter interacionista que os indivíduos envolvidos com o “saber” desfrutam como algo nato, isto é, da natureza “de ser social” do “indivíduo”, mesmo que eventualmente esteja isolado.

A respeito da política pública de informação referente à preservação da informação arquivística governamental, Silva (2008) faz a seguinte consideração:

As atenções direcionadas à preservação dos documentos de arquivo apenas quando considerados “históricos” e integrados ao “patrimônio arquivístico” devem voltar-se para a preservação da informação arquivística de uso corrente, administrativo, funcional e estratégico na expectativa de atender, no presente e no futuro, a sociedade (SILVA, 2008, p.114).

Como forma de encerramento e contextualização dos assuntos tratados ao longo desse tópico, serve-se de McLuhan (1964), quando diz que,

independentemente do “meio ou estrutura”, existe um “limite de ruptura” e, para isso, cita o economista, filósofo e sociólogo Kenneth Bouldin, autor da obra *A Imagem: Conhecimento na Vida e Sociedade* (BOULDING apud MCLUHAN, 1974, p.56): “[...] chama limite de ruptura, no qual o sistema subitamente se transforma em outro ou atravessa um ponto irreversível em seu processo dinâmico”. Tal citação associa-se às situações em que os profissionais arquivistas e os demais profissionais da área da Ciência da Informação se deparam nas organizações onde atuam e que, através da evolução tecnológica, as rupturas continuaram acontecendo sob todos os aspectos através do homem (indivíduo).

A contemporaneidade das atividades arquivísticas convive com o paradigma pós-custodial em vários cenários, configurados geograficamente e/ou pela gênese cultural, mas essas diferenças, de toda ordem, não deslegitimam a atitude proativa que o profissional de arquivo deverá ter em sua atuação profissional. Esta atitude proativa do profissional de arquivo se estende também a uma interação com outros profissionais, principalmente da área de TI, assim como profissionais de outras áreas que atuam na organização.

Tem-se, nos estudos de Terry Cook, uma ênfase no princípio da proveniência dos documentos sob o enfoque funcional, considerando a diversidade de cenários em que esses documentos podem ser utilizados dentro da organização. Sendo assim: “A nova proveniência funcional refletiria a realidade dos documentos em seus contextos e histórias inter-relacionadas, em constante evolução, abrindo ao invés de se fechar em ordens hierárquicas fixas” (COOK, 2012, p.146). Cook evoca a flexibilidade da informação/documento, ou seja, o dinamismo das trocas das releituras, de outras associações produzindo outros documentos, permitindo outros fazeres.

Destaca-se uma das mais significativas contribuições para o cenário pós-custodial para o arquivista, que procede da pesquisadora Duranti (1994): “Os arquivistas não precisam ter a custódia física dos documentos eletrônicos para exercer o controle sobre eles e proteger sua integridade: eles podem fazer isso à distância, contanto que detenham autoridade legal para essa função”. A pesquisadora enfatiza que os arquivistas devem transcender a função de “custodiadores”, sob pena de não sobreviverem como profissão. Constata-se que a arquivística pós-custodial está imbricada com a aplicação da LAI no que se refere à consistência das informações disponibilizadas à sociedade.

3. SITUAÇÕES QUE PERPASSAM A ARQUIVÍSTICA PÓS-CUSTODIAL TENDO COMO CENÁRIO A INSTITUIÇÃO PÚBLICA

No que tange a normas, no quesito autenticidade, através da organização *International Organization for Standardization* – ISO n. 15.489-1 –, são tratados os requisitos de gestão de documentos de arquivo. O desenvolvimento de sistemas de arquivo exige uma versatilidade do arquivista quanto a sua relação com outros profissionais envolvidos na produção documental. E, nesse aspecto, a Norma ISO n. 15.489-1, trata, de forma expressa, as questões políticas e os requisitos necessários para uma eficiente gestão documental.

Um elemento que reforça o valor do documento de arquivo são os metadados, a respeito do qual a norma ISO n. 15.489-1, enfocando a gestão de documentos, define por: “Informação que descreve o contexto, conteúdo e estrutura dos documentos de arquivo e da sua gestão ao longo do tempo”. Conta-se com a norma ISO 30300⁴³, que tem o propósito de atender de maneira mais eficaz as normas que tratam de gestão de documentos de arquivo como a própria 15.489-1, conforme aponta Ruesta (2012). Em breve, ter-se-á a norma ISO 30.302⁴⁴, que versará sobre *Information and documentation – Management systems for records - Guidelines for implementation*.

A série ISO 30300 traz os *fundamentos* e o *vocabulário* para a implantação do Sistema de Gestão de Documentos para Arquivo (SGPDA), proposto nessa mesma norma. Salieta-se que a definição de sistema de gestão, no contexto dessa norma, é:

O conjunto de elementos inter-relacionados ou que interagem numa organização com o fim de estabelecer políticas e objetivos, bem como os processos para os alcançar. Quando falamos de Sistema de gestão para documentos de arquivo (SGPDA), estamos nos a referir a esse conjunto de elementos relativos aos documentos (RUESTA, 2012, p.8).

Ainda em relação à norma ISO da série 30300, que trata do “alinhamento das técnicas e dos processos documentais com a metodologia dos sistemas de gestão” (RUESTA, 2012, p.6), a proposição do sistema de gestão para documentos de arquivo SGPDA objetiva contribuir para a implementação do processo de qualidade

⁴³ <http://www.iso30300.es/wp-content/uploads/2012/08/BlogISO30300-RecursosReferencia-v01092012.pdf>

⁴⁴ file:///C:/Users/Gilberto/Downloads/Boletin_enero_2014%20(2).pdf

e de segurança, ou seja, “Assegurando que se crie, gere e se torne acessível, durante todo o tempo que seja necessário, informação fidedigna e fiável que constitua evidência das atividades realizadas dentro de um sistema de gestão” (RUESTA, 2012, p.15).

Quanto à norma *ISO 30301*, que ainda está em fase de elaboração, trará os *requisitos para o funcionamento* do Sistema de gestão de documentos, que deve ser estruturado em qualquer organização que tenha como meta o melhoramento de seus processos, independentemente de ser uma instituição com funções arquivísticas ou não.

Quanto à fidedignidade, essa é a qualidade atribuída ao documento referente à sua capacidade de *servir de prova digna de crédito*. (ICA 16, 2005). Outra característica importante do documento de arquivo é a sua integridade, visto que esse deverá ser completo e inalterado, sob pena de, caso não seja observada essa característica, ele tornar-se inconsistente como informação para a organização/usuário no momento em que for preciso recorrer a esse documento para obter informações de seu interesse.

Associa-se a característica do documento de arquivo à “integridade”. (FERREIRA, 2006). A LAI, no artigo 7º, que assegura o acesso à informação em sua completude e expressa o direito do cidadão em obter informações, conforme o inciso IV do mesmo artigo, “informação primária, íntegra, autêntica e atualizada”. No artigo 6º, inciso II, observa-se que cabe ao agente público zelar pela “proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade”.

Cabe destacar o que Lara (2001, p.7) diz a respeito do interesse do usuário que busca a informação: “[...] para haver informação é preciso que ela faça sentido para alguém, ou seja, que exista algum nível de compartilhamento a partir do qual se estabeleça um vínculo para a interpretação e o sentido”.

Portanto, o objetivo de um sistema de arquivo é manter os requisitos básicos que credenciarão os documentos nele armazenados a se tornarem aptos para responder às necessidades dos usuários de uma forma isenta, o que se dá através de uma adequada gestão de documentos. Cabe, nesse sentido, enfatizar o conceito de Arquivologia que, conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística – DBTA –, é a disciplina que estuda as funções do arquivo (local) e os princípios e técnicas a serem observados na *produção*, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos (documentos) (BRASIL, 2005, p.29, grifo nosso).

Com relação às responsabilidades do profissional arquivista associadas à LAI,

essa o incumbe de observar rigidamente o trato legal do acesso a informações, considerando que, até então, não se contava com uma legislação específica e detalhada. Tal rigor se observa em toda a lei, mas, em especial, no capítulo II “do acesso à informação e da sua divulgação”, onde asseguram, entre outras obrigações, as associadas a projetos, considerando sua amplitude e especificidade, sendo, também, asseguradas, conforme o artigo 6º, inciso II, a “gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação”. A LAI estabelece excepcionalidades em relação a informações sobre projetos, conforme o artigo 6º, inciso VII, §1º que diz: “o acesso à informação [...] não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos, cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

Associa-se à excepcionalidade o que Rodrigues (2009, p.9) enfatiza quanto à importância da atuação do arquivista, dizendo que “O arquivista deve ser capaz de analisar criticamente a realidade que se coloca à luz de conhecimentos teóricos e de atuar com competência de modo autônomo e consequente”.

Em relação às responsabilidades das autoridades públicas, cita-se o artigo 26º, que associa a participação do profissional arquivista que é/será de suma importância à implementação da LAI no âmbito dessas instituições, onde está expresso que “As autoridades públicas adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado hierarquicamente conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações sigilosas”. Percebe-se que o profissional arquivista deverá ter uma atuação intensa na tarefa de disseminar e esclarecer aos demais profissionais sobre as questões de segurança que envolvem os documentos sigilosos.

Em se tratando de uma instituição pública, como é a UFSM, a questão do acesso às informações do banco de dados da instituição, não era prioridade dos seus responsáveis, já que a falta de recursos era a justificativa mais usada. Assim, o acesso às informações arquivísticas por parte do cidadão, no que se refere a serviços *online*, dependia das prioridades da instituição e da forma como essas informações arquivísticas eram produzidas e mantidas na instituição. Nesse momento, cabe um marco divisor, considerando a situação anterior à LAI e após o início de sua vigência, onde se destaca o artigo 8º: “É dever dos órgãos e entidades públicas promoverem, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas”.

A lei trata de forma específica sobre a divulgação de informações pertinentes a projetos que deverão ser, no mínimo, informados, conforme o artigo 8º, inciso V, os: “dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades;” a lei ainda expressa, através desse mesmo artigo, no inciso VI, §2º, que: “os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem e principalmente a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet)”.

Ainda expressa que os sítios (*web*), conforme o artigo 8º, §3º, I, “devem conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão”.

A respeito da política pública de informação referente à preservação da informação arquivística governamental, Silva faz a seguinte consideração:

As atenções direcionadas à preservação dos documentos de arquivo apenas quando considerados “históricos” e integrados ao “patrimônio arquivístico” devem voltar-se para a preservação da informação arquivística de uso corrente, administrativo, funcional e estratégico na expectativa de atender, no presente e no futuro, a sociedade (SILVA, 2008, p.114).

CONCLUSÃO

A partir deste trabalho, obteve-se a possibilidade de vislumbrar o que o modelo *Records Continuum* – RC –, no contexto pós-cutodial, fundamentado por Frank Upward (1996 e 1997) pode contribuir para os documentos criados através do SIE, o qual se constitui como o sistema de informação da UFSM. O cenário deste trabalho foi o SIE, no qual a produção institucional é representada pelos projetos desenvolvidos na instituição. Desenvolveu-se este trabalho através de uma aproximação dos preceitos teóricos do RC à luz das normativas arquivísticas e da Lei de Acesso à Informação.

O trabalho se desenvolveu através da perspectiva do pensar e do labor arquivístico. Inicialmente, contextualizando os modelos de gerenciamento de documentos: a) o Modelo Administrativo Europeu – modelo de arquivo e; b) o Modelo Anglo Saxão – modelo de ciclo de vida. Verifica-se que o modelo australiano

– Documentos Contínuos – é o que se mostra mais adequado à contemporaneidade das instituições e das relações sociais em todos os níveis. Isto facilitado pelos recursos tecnológicos que propiciam interações múltiplas de autoridades e de corresponsabilidades da criação ao gerenciamento dos documentos.

Desfruidando-se do modelo RC, de sua concepção de não enclausurar os documentos, propiciando, assim, a disseminação arejada e sabida das informações, entende-se que o mesmo se coaduna com a Lei nº 12.527, de acesso à informação – LAI –, lei essa que, conforme seu artigo 2º, regra o acesso às informações de órgãos públicos [...]. Vislumbra-se uma ligação da LAI ao compromisso constitucional dos órgãos públicos, neste caso a UFSM, constante na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, parágrafo 2º, quando trata da gestão e produção dos documentos públicos.

A possibilidade de a UFSM vir a aderir ao modelo de gerenciamento de documentos RC vai requerer que os profissionais arquivistas, conhecedores do modelo, estejam dispostos a sensibilizar os dirigentes da instituição, assim como os demais profissionais envolvidos com a produção documental em suas áreas específicas. Enfatiza-se que, além da sensibilização, seja exigida uma interligação com o setor de TI, setor que originalmente será o responsável pela operacionalização do modelo RC.

Constata-se que o banco de dados da instituição, através do SIE, constitui-se como uma diversificada fonte de consulta e de pesquisa à academia e à sociedade. Considerando a base de dados, o SIE e os propósitos da instituição, vislumbra-se o preâmbulo da criação e implementação do repositório institucional da UFSM.

Conclui-se que a garantia ao direito de acesso do cidadão/sociedade aos documentos *confiáveis*, conta com a arquivística contemporânea, através do modelo *Records Continuum* para agregar facilidades ao acesso aos documentos das instituições públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm.

_____. **Lei nº 12.527**, de 18 de Novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em 05 jun. 2013.

COOK, T. **Entrevista - Terry Cook**. INCID.Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 142-156, jul./dez. 2012.

COOK, T. **Documentos eletrônicos, mentes de papel**: A revolução na gestão de informação e arquivos nos pós-privativas de liberdade e era pós-modernista arquivos e manuscritos, v. 22, n.2, p.300-329, 1994.

DURANTI, L. **Arquivos como um lugar**. [Documento apresentado em um seminário de meio dia em Sydney em 19 de Outubro de 1995.] [Online]. arquivos e manuscritos, v. 24, n. 2, Nov. 1996. Disponível em: <http://search.informit.com.au/documentSummary;dn=970505404;res=IELAPA>. Acesso: 10 jul. 2014.

_____. **Estudos Históricos**, RJ, v.7, n.13, 1994. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/134.pdf>. Acesso em: 10 out. 2008.

EASTWOOD, T. M. **Agências de criação devem manter documentos eletrônicos indefinidamente? Arquivos e manuscritos**, vol.24, Nº. 2, novembro 1996: 256-267. Disponível em: <http://search.informit.com.au/documentSummary;dn=970505405;res=IELAPA>. Acesso: 10 jul. 2014.

FERREIRA, M. **Introdução à preservação digital**: conceitos, estratégias e actuais consensos. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade de Minho, 2006.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2º edição tradução [Alvaro Cabral], 2003. Disponível em: http://minhateca.com.br/wagnerlecter/LIVROS/LIVROS/HISTORIA/Anthony+Giddens/Giddens*2c+Anthony.+A+constitui*c3*a7*c3*a3o+da+sociedade,9342521.pdf. Acesso em: 10 jul. 2014.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Committee on current records in a electronic environment. Electronic records**: workbook for archivists. Paris (France): ICA, 2005. (ICA Studies 16). Disponível em: http://www.ica.org/sites/default/files/ICAEstudo16_PT_4.pdf. Acesso em: 08 out. 2008.

ISO (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION). **ISO 15489-**

1:2001: Information and documentation – Records Management. Part1: General. [S.l, 2001]. Disponível em: <www.tavanir.org.ir/tech-doc/nezam/iso_15489-1.pdf>. Acesso em: 05 jun 2013.

JENKINSON, H. **Um manual de administração de arquivo**.1965. Disponível em: <https://archive.org/stream/manualofarchivea00iljenk#page/n5/mode/2up>. Acesso em: 10 jul. 2014.

LARA, M.L.G. de. O unicórnio (o rinoceronte, o ornitorrinco...), a análise documentária e a linguagem documentária. **DataGramZero**: revista de ciência da informação, v.2, n.6. Disponível em: <www.dgz.org.br>.

LEVY, P. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. Rio de Janeiro: Loyola, 1998. 214p.

LYOTARD, J. F. **The Postmodern Condition**. Manchester: Manchester University Press, 1984. The First 5 Chapters of main body of work are reproduced here. Disponível em: <http://www.futuroscopio.org/wp-content/uploads/2010/07/Lyotard-the_postmodern_condition_a.pdf>. Acesso em 10 jul. 2014.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 18.ed. São Paulo: Cultrix, 1964.

MACLEAN, I. Experiência australiana na Record e Gestão de Arquivos. **arquivista americano**, v.22, n. 4, p. 387-418, 1959. Disponível em: <<http://archivists.metapress.com/content/cu4242717578022t/fulltext.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

MCKEMMISH S. Are records ever actual? In: McKemmish S, Piggott M (eds) **The records continuum**: Ian Maclean and Australian Archives first fifty years. Ancora Press in association with Australian Archives, Clayton, p 187–203, 1994. Disponível em: <<http://www.infotech.monash.edu.au/research/groups/rcrg/publications/smcktrc.html>>. Acesso em 26 jun. 2014.

O'SHEA, G; ROBERTS, D. Vivendo em um mundo digital: reconhecendo as realidades electrónicas e pós custódia. **Arquivos e manuscritos**, v 24, n. 2, p. 286, 1996. Disponível em: <http://search.informit.com.au/documentSummary;dn=970505407;res=IELAPA> Acesso em: 10 jul. 2014.

O'SHEA, G. Keeping electronic records: issues and strategies. **Provenance: the electronic magazine**, v. 1, n. 2, 1996. Disponível em:
<http://www.netpac.com/provenance/vol1/no2/features/erecs1a.htm>
Acesso em: 10 jun. 2014.

RODRIGUES, A. C. Diplomática contemporânea como fundamento para a construção de metodologias em arquivística: a identificação de tipologias documentais João Pessoa, PB: **X ENANCIB**: 2009. Disponível em:
<<http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/handle/123456789/481>>. Acesso em: 2 abr. 2011.

RUESTA, C. B. Série ISO 30300: **Sistema de gestão para documentos de arquivo**. Lisboa: ABD, 2012.

SALES, L. F. O impacto da curadoria digital dos dados de pesquisa na comunicação científica. **Encontros Bibli**. Florianópolis, v. 17, n. esp. 2 – III SBCC, p.118-135, 2012. Disponível em: <eprints.rclis.org/18373/>. Acesso em: 5 jul. 2013.

SILVA, S. C. A. **A preservação da informação arquivística governamental**. Rio de Janeiro: AAB/FEPERJ, 2008.

UPWARD, F. Structuring the Records Continuum - Part One: Postcustodial Principles and Properties First published in: **Archives and Manuscripts**, v.24, n.2, 1996, p. 268-285. Disponível em:
<<http://infotech.monash.edu/research/groups/rcrg/publications/recordscontinuum-fupp1.html>>. Acesso em: 26 jun. 2014.